

VISÕES DO PARANÁ: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DAS REPORTAGENS DE SAMUEL GUIMARÃES DA COSTA DA DÉCADA DE 1980

Juliana Bellafronte Silva¹
Antonio Paulo Benatte²

INTRODUÇÃO

No meio acadêmico podemos encontrar de tudo um pouco. Nas mais diversas áreas do conhecimento, o meio acadêmico as abrange da forma mais democrática possível todas elas. No campo historiográfico não é diferente. Os mais diversos temas e as mais diferentes práticas historiográficas são utilizados hoje em dia graças a uma ampliação desse cenário. A escola dos Annales deu essa abertura, a Nova História deu continuidade. A Nova História teve sua origem na França, por volta dos anos 70, o que corresponde a terceira geração do Annales. Com uma metodologia mais abrangente, essa historiografia passa a incluir o que antes era excluído, houve abertura para novas ideias, temas a serem tratados e o “famoso” retorno da narrativa.

Entende-se que a escrita da história não se dá apenas nas universidades e círculos eruditos, e são realizadas independentemente de uma disciplina acadêmica e “científica”. Encontramos em todas as regiões do país pessoas letradas, biógrafos, jornalistas, cronistas, memorialistas, historiadores ou historiografos amadores que lançaram/lançam sobre sua região um olhar histórico, buscando resgatar ou deixar permanecerem vivos aspectos de seu passado; essas produções, narrativas, romances, crônicas, reportagens, entre outras, faz parte do que é denominado, em um sentido amplo, de *historiografia regional/local*, ou seja, o discurso ou narrativa, sob a forma escrita, da história de determinado local.

Samuel Guimarães da Costa se encaixa nessa historiografia diletante. Naquele período os jornalistas eram autodidatas, ou seja, estudavam e se dedicavam por conta própria a profissão. Samuel, tanto em seus livros quanto em sua produção jornalística dispersa, escreveu muito sobre o Paraná e seus problemas; essas obras nos trazem a possibilidade de conhecer e aprender mais sobre a história cultural do estado, do ponto de vista de um autodidata que escrevia em diálogo com o saber acadêmico de sua época, principalmente a historiografia produzida na Universidade Federal do Paraná a partir do final dos anos 1950.

O viés cultural presente nas obras do jornalista, de certa forma antecipa a preocupação acadêmica contemporânea com identidade e cultura. Esse caso evidencia que, tal como diz o historiador Fernando Novais, a pesquisa histórica e a produção historiográfica não são exclusivas da universidade, e a história regional ilustra muito claramente esse fato: a escrita da história existe antes da academia e independentemente do discurso “científico”. Como diz Novais

¹ Graduada em História pela UEPG. Especialização em História, Arte e Cultura pela UEPG em andamento. Email: julianabellafronte@gmail.com

² Orientador. Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas, Professor do Depto. de História e do Programa de Mestrado em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa

(1990, p.109): “Múltipla, variegada, a história, como domínio do saber, como região do conhecimento, não só não se limita à universidade, como é anterior a ela.”. Sendo assim, pode-se considerar Samuel um intelectual. Seu lugar social são institutos, revistas e jornais; espaços letrados e de reconhecimento social, muitas vezes político.

As biografias, narrativas e obras de divulgação histórica, com ou sem fundamentação em pesquisa documental, mas que estão no âmbito da História, e em paralelo a academia, se multiplicam e completam a produção acadêmica. São utilizadas para estudos acadêmicos, pois a partir dos anos 80, houve uma mudança em conceitos e métodos no campo empírico dos documentos, que constituiu para uma nova percepção da história regional. (GLAZER e ALBIERI, 2009, p.13-30).

A história da historiografia articula-se assim ao movimento mais amplo de democratização do próprio conhecimento histórico.

Os conteúdos das reportagens jornalísticas possuem diversos temas. Para Coimbra (1993, p.9), “as reportagens são atemporais, pois tratam de temas que são pesquisados e contextualizados, podendo o tema ser mais presente ou não.”. Há um resgate histórico realizado por quem as escreve, tornando-as passíveis de estudos e análises.

Este trabalho tem por objetivo, perceber não só através da trajetória profissional e intelectual de Samuel Guimarães da Costa, mas também a partir de conceitos como o de Reportagem e historiografia, a realização de uma operação historiográfica nas reportagens consideradas históricas; ou seja, a escrita da história pautada em três operações; que, segundo Certeau combinam: a pesquisa, a análise e a escrita.

Organizado em dois capítulos, o primeiro é bio e bibliográfico. Conforme Certeau, quem escreve, escreve influenciado pelo lugar social em que está inserido, sendo assim, a partir da bibliografia pode-se saber de onde e quando Samuel trabalhou e o que escreveu. Há também uma síntese de alguns livros publicados do jornalista.

O segundo capítulo concentra as análises das reportagens a partir do conceito de reportagem histórica, tendo como base, alguns nomes do jornalismo como Nilson Lages e da historiografia como Michel de Certeau e Hayden White. Foram selecionadas as reportagens com conteúdo histórico respectivas da

década de 1980, relacionadas ao estado do Paraná. Em um primeiro momento foi realizada uma pesquisa na Biblioteca Pública do Paraná e fotocopiados os artigos escritos por Samuel Guimarães da Costa. A partir de um diálogo interdisciplinar com as teorias jornalísticas e historiográficas, a análise dos artigos se deu a partir da Nova História, que além de dar maior abertura de diálogo com outros campos, também reconhece a importância de outras fontes históricas, não se restringindo a textos acadêmicos e documentos oficiais.

A curiosidade em saber o que e como o pouco conhecido jornalista e escritor paranaense Samuel Guimarães da Costa escrevera sobre o Paraná encaixou a pesquisa. O jornalista possui muitos trabalhos sobre o Paraná e essas obras, pouco conhecidas, trazem a possibilidade de conhecer e aprender mais sobre a história cultural do estado, do ponto de vista de um autodidata que escrevia paralelo a academia. Além da ampliação dos estudos e fontes historiográficas, não apenas através de jornais, mas também fontes literárias e, principalmente, a possibilidade de conhecer e aprender mais sobre a história do estado.

Trajetória social do jornalista

Samuel Guimarães da Costa (1919-1997) descendeu de uma família tradicional, a do patriarca e último capitão-mor Manoel Antônio Pereira. Manoel emigrou em 1796, aos 14 anos, junto com um irmão, para o Brasil; descendiam da pequena nobreza rural chamada Guimarães, em Portugal. Fixaram-se na vila de Paranaguá. Casou-se em 1805 com dona Leocádia Antonia da Costa; dos filhos dessa união destacaram-se jornalistas e intelectuais³. Além de último capitão-mor, Manoel também foi o primeiro prefeito da cidade de Paranaguá e uma das últimas autoridades coloniais brasileiras. Um de seus netos é o jornalista Samuel Guimarães da Costa.

Nascido em Paranaguá em 22 de dezembro de 1919, filho de Augusto Regis Pereira da Costa e Maria Tereza Costa, Samuel – também chamado Samuca – era o mais velho de cinco irmãos. Em 1926 perderam os pais, com apenas 48 horas de diferen-

³ Leocádio Pereira da Costa (1832-1884), em 1862, fundou o primeiro jornal de Paranaguá, O Comércio do Paraná; Leocádio José Pereira (1848-1886) foi médico humanitário e de grande cultura; Ermelino de Leão (1834-1901) foi um dos principais historiadores da geração paranaense; João Regis Pereira da Costa (1863-1935), jornalista, foi do grupo de Leônicio Correia, Nestor Victor e Romário Martins. Cf. COSTA, Samuel Guimarães. O último capitão-mor: 1782-1857. Curitiba: Scientia Et Labor/Editora da UFPR/Prefeitura Municipal de Paranaguá, 1988, p. 233.

ça de um para o outro, devido a um surto de peste bubônica que assolou a cidade litorânea. Trazidos para Curitiba, ele e os irmãos foram deixados aos cuidados da avó, que, com a estrutura financeira abalada, abriu uma pensão para estudantes. Para ajudar na criação das crianças, Samuel, ainda pequeno, começou a entregar marmitas; segundo ele próprio, não via muita perspectiva de mudar de vida. Em entrevista, lembra-se da avó com muito carinho, como uma pessoa forte, que perdera quatro filhos e ainda conseguiu criar cinco crianças que sofriam por perder os pais de forma inesperada. (COSTA, 1983, p. 100).

Samuel começou seus estudos em Paranaguá, na escola Paroquial e na escola normal. Em Curitiba, ingressou no Colégio Paranaense, mas não conseguiu concluir os estudos; em compensação, desde pequeno, conta que já apresentava sinais de autonomia didática, movida por uma grande curiosidade intelectual:

Eu não sabia aquilo que o professor falava, mas sabia sobre tudo que lia na biblioteca, de onde não saía. Lia *Éça de Queirós*, Proust, toda a literatura russa. Quando o professor vinha falar sobre História ou Geografia eu estava lá adiante, não me interessava, e fui reprovado até em português. Até hoje, com trinta anos de jornalismo, sinto alguma dificuldade sobre a grafia de determinadas palavras. Quer dizer, ficaram alguns pontos cegos na minha formação. (COSTA, 1983, p. 84).

Conforme artigo publicado no jornal *Diário do Paraná* em 25 de Fevereiro de 1968, publicado também o livro *Samuel Guimarães da Costa. 40 anos de Jornalismo*, Walcir José de Souza (apud COSTA, 1983, p. 94), conta que, durante os quatro anos de ginásio calculou que Samuca passara uma média de 1200 dias na biblioteca. Enquanto as outras crianças brincavam, ele preferia a sala cheia de livros, onde procurava as respostas para suas indagações. Via na intensa leitura uma esperança de se tornar independente e buscava inspiração em seu avô, o jornalista João Regis Pereira da Costa. Segundo o próprio Samuel, em entrevista, a escolha da mesma profissão que a do avô não se deu por motivos financeiros, pois o avô não ganhava bem; mas tinha prestígio de bom escritor e jornalista. Seus primeiros contatos com as impressões de tinta no papel se deram desde cedo, quando toda a semana levava as crônicas do avô para a editoria dos jornais.

Aos 17 anos, entrou para o Exército, onde teve como superior o capitão Aníbal Santos, um erudito; percebendo em Samuel o gosto dos livros, de-

signou-o como bibliotecário do quartel 15º BC em Curitiba. Além disso, o capitão Santos recomendou-lhe a leitura de *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, uma das obras seminais entre as modernas interpretações históricas e sociológicas do Brasil. (MILLARCH, 07/05/1989)

Samuel teve um contato mais efetivo com o jornalismo quando, em 1940, foi convidado pelo amigo Wilson Martins a trabalhar na *Gazeta do Povo*, como revisor. Em texto publicado no mesmo jornal por Samuel anos mais tarde em 23 de Fevereiro de 1995, o próprio conta que “(...) cabendo ao Wilson o primeiro turno das 21 às 24 horas e Samuel o período das 24 às 3 horas da madrugada.” O trabalho era noturno; Samuel lembra em entrevista ao Millarch que “naquele tempo era muito diferente, e o pessoal da oficina, onde passamos a trabalhar, já vinha trabalhar bêbado. Dava até tiro lá dentro...”. (COSTA, 1983, p. 102). O crescimento profissional, segundo ele próprio, se deu gradualmente, de forma “natural e autônoma”. O autodidatismo teve aqui um papel muito importante, pois segundo amigos e ele mesmo, lia muito e de tudo, se auto intitulando “um verdadeiro devorador de livros”. (COSTA, 1983, p. 102).

Em 1940, recebeu o convite de outro amigo, à época prefeito de Sertanópolis, próximo a Londrina, no norte do Paraná. Ali, conta ele, fez de tudo um pouco: delegado de polícia, secretário da Comissão Municipal de Preços, secretário da prefeitura e até mesmo orador de clube. Naqueles tempos, conforme Duarte (2001) era muito comum os jornalistas assumirem cargos públicos, sem deixar de atuarem nos meios de comunicação. Em artigo de 1968 no *Diário do Paraná*, Walcimar José de Souza conta que Samuel

[...] só não saiu de lá antes, por causa da noiva. Acontece que três dias depois que chegou a Sertanópolis, Samuel conheceu Olga Soares com quem decidiu imediatamente se casar. Mas na época não era tão fácil, teve que esperar o tempo convencional suficiente para fazer-lhe a corte, noivar e, só depois, casar. Isso tudo durou três anos. (COSTA, 1983, p. 96)

O casal mudou-se para a Curitiba em 1943, e Samuel passou a ser redator, repórter e editorialista no mesmo jornal onde antes fora revisor, a *Gazeta do Povo*. Mesmo com o jornal atrasando o baixo salário de duzentos cruzeiros, Samuel conta que aceitou o trabalho. Em 1945, nasceu o primeiro de seus dois filhos. Em uma entrevista à revista *Quem*, de Curitiba, o próprio Samuel rememoraria as dificuldades que passara com o baixo salário que recebia como jornalista:

[...] só que aquele dinheiro mal e mal dava pra ver e quando meu primeiro filho nasceu só pra se ter uma ideia da penúria, eu não tinha dinheiro pra pagar a maternidade. Falei com o pessoal do jornal e a solução encontrada foi fazer uma reportagem sobre a maternidade Victor do Amaral. Foi o que me salvou. Quer dizer, o meu filho pôde ir para casa, graças a um produto do meu jornalismo [...] (COSTA, 1983, p. 103).

Em 1944, recebeu uma proposta de melhor salário e passou a trabalhar em *O Dia*. Nesse jornal, foi redator internacional, cobrindo as notícias da guerra. Foi secretário do mesmo jornal. (COSTA, 1983, p. 90).

Quando atuava em *O Dia*, entre 1944 e 1945, especializou-se na organização de cooperativas de produtores, seja na Organização do Departamento de Assistência ao Corporativismo da Secretaria de Agricultura, em 1945, seja na Comissão de Organização da Cooperativa dos Produtores de Mate.

Essa experiência levou-o a trabalhar na Federação das Cooperativas do Paraná, onde exerceu cargos de assistente, assessor do Conselho de Administração e superintendente no período de 1953 a 1957. Por motivos profissionais, viajou para a Argentina, Uruguai e Chile. Mais tarde, aproveitaria seus conhecimentos da economia erva-teira para escrever um de seus ensaios histórico-jornalísticos: *A erva-mate*.

Não viajava apenas ao exterior. Percorria o interior do país e do Estado do Paraná. Frequentava assembleias, conversava com erva-teiros. Conta ele que a maioria dos prefeitos do interior paranaense, na época, eram diretores da cooperativa de suas respectivas cidades.

Fiquei vinte anos na área, na qual arrumei a minha vida, porque ganhava bem. Nesse período era, essencialmente, responsável pela política do mate. Sabia negocíá-lo, entendia bem os mecanismos de mercado e tudo o mais. Até que chegou o momento que essa economia começou a entrar em decadência. (COSTA, 1983, p. 108).

Colaborou na revista *Guaíra*, de 1949 a 1952, de propriedade do professor Oscar Joseph de Plácido e Silva, nascido em Maceió, 18/06/1892 - Curitiba, 16/01/1963, fora, entre outras coisas, jornalista, editor e criador da Revista *Guaíra*. Essa revista ganhou destaque no cenário literário paranaense: “Editava autores como o Prêmio Nobel de literatura, John dos Passos, o norte-americano do romance *Manhattan*

Transfer [...].” (HAYGERT, 20/10/2010).

Futuramente, passou a trabalhar na revista *Panorama*, fundada em 1951, em Londrina, pelo professor Adolpho Soethe (fundador da revista *Panorama* em 1951). O jornalista José Cury (nascido em 1921), viria, em meados dos anos 50, se juntar ao elenco da revista, segundo Millarch (1989).

[...] como estávamos em pleno Estado Novo, as dificuldades de registro para um novo periódico eram enormes e ele, para furar a rigorosa legislação, caracterizou a sua revista como acadêmica, destinada a estudantes. Aos poucos foi transformando-a em revista mesmo, com publicidade e tudo, picareteando políticos e o Governo. COSTA, 1983)

Em 1954, a *Panorama* foi adquirida por Oscar Schrapp, dono da Imprensa Paranaense. Três anos depois de sua criação, a revista foi transferida para Curitiba. Em uma cidade maior, com forte centro universitário, a revista passou por uma mudança de conteúdo e estilo. Publicou um jornalismo mais investigativo e crítico, sem deixar de tratar dos fatos do Paraná e do Sul do país.⁴

Além de Samuel Guimarães da Costa, a revista contava ainda com Luiz Geraldo Mazza (Revista *Ideias* apresentação dos colunistas). Assim como seu colega Samuel, Mazza peregrinou entre os veículos paranaenses e participou da revista desde sua primeira edição, em junho de 1951. Também compunham o quadro de jornalistas Aramis Millarch e Luiz Carlos Cunha Zanoni, que ganharam o prêmio Esso de Reportagem em 1970. (Tabloide Digital. Sem data).

Nos meios de comunicação, Samuel não se dedicou apenas ao jornalismo. Paralelamente, produziu programas em emissoras de rádio e televisão e trabalhou em agências de publicidade. Ou seja, integrou-se das novas mídias, do marketing e da propaganda. Participou do II Congresso Nacional de Escritores (Belo Horizonte, outubro de 1947). Nesse congresso, escritores de todo o país se reuniram para discutir os impasses do ofício no país (RUBIÃO, 2004). Samuel foi escolhido chefe da delegação paranaense, composta por Dalton Trevisan, Wilson Martins e Colombo de Souza. Conta que participou na “[...] comissão política do congresso e, nessa ocasião, conheci gente que se tornaria importantíssima na cultura brasileira: Jorge Amado, Niemeyer, Burle Marx, Afonso Arinos de Melo Franco, Antonio Cândido”. (COSTA, op. cit., p. 104)

O ano de 1963 foi marcado por uma greve dos

⁴ Revista Panorama. História. Disponível em: <http://www.panorama.com.br/>

jornalistas. Todos os jornais pararam de circular em Curitiba. Samuel foi o diretor do único que circulou durante a paralisação, o *Jornal da Greve*. Abdo Kudri, nascido em Paranaguá, antes mesmo de completar 20 anos já trabalhava na *Gazeta do Povo*. Em 1963, criou o *Diário Popular*, no mesmo ano da greve dos jornalistas. Abdo colocou a disposição dos grevistas a oficina de seu jornal, para a impressão do *Jornal da Greve*, de reivindicações aos patrões e esclarecimentos à população.

Como já dito, era comum ver os jornalistas atuando em cargos políticos, quando não, junto à eles. Com Samuel não fora diferente. Assessorou os ministros paranaenses, Aramis Athayde (1900-1971), ministro da saúde durante os anos de 1954 e 1955 e Bento Munhoz da Rocha Netto (1905-1978), ministro da agricultura em 1955, durante o governo Café Filho que fora de 1954 a 1955, governo provisório após a morte de Vargas. Também fora assessor do interventor Manoel Ribas (1873-1946), do governador Ney Braga (1917-2000), que governou o Estado de 1961 a 1965, Paulo Pimentel (1928- 85 anos) que assumiu a administração do estado entre 1966 e 1971 e Emilio Gomes (1925-88 anos) que governou entre 1973 a 1975.

No governo Pimentel, Samuca não apenas exercera o cargo de Chefe da Casa Civil, mas era tido como um “ghost writer”. Segundo o colunista Aroldo Murá do jornal virtual *Indústria & Comércio*: “Os discursos, as definições, as justificativas das linhas mestras do Governo Pimentel tinham a digitais de Samuel Guimarães da Costa” (HAYGERT, [Acesso em: 15/10/2013](#)).

Não só Pimentel, mas Manoel Ribas e até Costa e Silva tiveram alguns discursos escritos pelo jornalista que conhecia os corredores do poder, experiência que transparece em suas reportagens historiográficas e na sua *História da Assembleia Legislativa do Paraná*, publicada em 1995 em dois volumes. Também fora assistente da COPEL, e trabalhou na Secretaria de Estado dos Transportes onde ajudou na organização do Museu Rodoviário.

No ano de 1983 recebeu o título de Cidadão Benemérito do Paraná pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e treze anos depois, em 1996 ganha o título de Comendador pela Honorífica Ordem da Cultura – HOC.

Membro do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Paraná, do Centro de Letras do Paraná no qual foi presidente por dois anos, 1994 e 1995. Também foi Sócio correspondente do Instituto His-

tórico e Geográfico de Paranaguá, Presidente do Conselho de Ética do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, Vice Presidente da Associação dos Jornalistas em Economia e Finanças do Paraná, Presidente do Conselho Consultivo da Associação Paranaense de Imprensa - API e, por fim, terceiro ocupante da 20ª cadeira da Academia Paranaense de Letras, que assumiu em agosto de 1991.

Aos 76 anos, o jornalista que já vinha sofrendo de mal de Alzheimer, morreu de insuficiência respiratória na madrugada do dia 14 de Abril de 1997 em sua casa. Lembrado com carinho pelos amigos, inúmeras notas foram publicadas em jornais de todo o Estado, divulgando seu falecimento. Wilson Martins em uma nota publicada no dia 15 de Julho de 1997, na *Gazeta do Povo*, lembra-se do amigo com carinho, que conhecia desde o ano de 1933, quando cursaram juntos o terceiro ano do Ginásio Paranaense. O ultimo trabalho publicado de Samuel foi o livro *História Política da Assembleia Legislativa do Paraná*, lançado em dois volumes, escrito 1994 a pedido do Deputado estadual da época Aníbal Khoury (Nascido em 1924, faleceu em 1999. Assumiu a presidência a Assembleia Legislativa por diversas vezes além de ter sido eleito deputado estadual).

A partir da biografia de Samuca é possível perceber nomes importantes, fundadores, editores, escritores das principais revistas paranaenses, além de políticos renomados, pessoas influentes. É perceptível uma união e parceria entre eles. Aramis Millarch, Luiz Carlos Cunha Zanoni, Luiz Geraldo Mazza, Oscar Schrapp, José Cury, Walcimar José de Souza, Wilson Martins, Milton Cavalcanti, Túlio Vargas entre outros faziam parte da vida profissional de Samuca. Sobre o jornalista há muitos textos, entrevistas e artigos publicados em jornais e revistas, não só, mas principalmente por Millarch, elogiando o trabalho dos colegas em geral e de Samuel, entre outros artigos sobre demais assuntos.

A noção de intelectual

Para os fins desse trabalho defino intelectual numa acepção, que segundo o Dicionário de Sociologia:

[...] emprega-se também um sentido mais amplo, para os que contribuem para a produção, confirmação ou difusão de valores, de “visões de mundo” ou de conhecimentos, nomeadamente quando esses

conhecimentos comportam sequencias axiológicas ou mais geralmente filosóficas. (BOUDON, 1990, p.135)

A palavra enquanto substantivo só começou a ser usada a partir do século XIX, mais precisamente em 1898, na França, para se referir a Émile Zola⁵ e aqueles que compartilhavam de seus preceitos ideológicos, no Caso Dreyfus⁶. A representação de intelectual naquele momento veio a tona, segundo Helenice Rodrigues, por uma:

[...] necessidade de enunciar a verdade se impõe, então, aos intelectuais engajados como um dever moral, contra a mentira pública e o erro judiciário. (RODRIGUES, 2005, vol. 21, n. 34, p. 398).

Intelectual nesse período era visto como pessoa letreada que tinham seus posicionamentos políticos explicitados com relação ao governo, geralmente, contra; pode-se dizer então, que são intelectuais engajados. Estão a par do que se passa na política de seu país e interferem. Do século XIX até os dias de hoje o conceito de intelectual se ampliou, é possível observar novas “categorias” de intelectuais, principalmente com a criação da teoria marxista.

Segundo Antonio Gramsci⁷, em seus escritos baseados no marxismo, todos os homens são intelectuais, mas alguns desempenham esse papel de forma mais concreta, voltada para sociedade a qual pertencem. Dividido em dois grupos, o filosofo italiano pensa o intelectual tradicional, e o orgânico. O tradicional é aquele vinculado as instituições, tais como igrejas, instituições de ensino superior; ou seja, está ligado a uma corporação que possui interesses particulares. Já o intelectual orgânico, é aquele que se mantém vinculado a sua classe de origem e trabalha ideologicamente em favor e interesses desta a que pertence.⁸

A partir disso “Intelectual” é aqui entendido, não conceitualmente, mas como noção. Estes intelectuais não estavam dentro da academia e sim, paralelos a ela, de forma “amadora”, diletante. Temos como “amadores” os médicos, cronistas, jornalistas, pessoas que estudam e escrevem não necessariamente só história, reconhecidos ou não. Tão importante quanto os historiadores “profissionais”, ou seja, os

que estão ligados às instituições, os que estão fora, os “amadores” também possuem um papel semelhante e tão importante quanto os acadêmicos, pois investigam e pesquisam para escrever.

As narrativas desses historiadores que não estão nas instituições, são utilizadas por historiadores no meio universitário, como fontes de pesquisa, já que preenchem lacunas deixadas por estudos mais abrangentes, além de trazerem diversos pontos de convergências e divergências com a prática historiográfica. Apesar de suas diferenças, uma complementa a outra. Portanto esses historiadores diletantes entram na noção ampla de intelectual, que aqui, é tido como aquele que não só produz conhecimento, é mais que isso, trabalha com perspectivas políticas, culturais e sociais da história e da sociedade, independente se é reconhecido, possui representatividade ou não.

Segundo Said, a definição de Gramsci é o mais próxima da realidade à qual pertencemos, possibilitando-nos pensar o intelectual de diversas maneiras e características. Afirma que:

Hoje, todos os que trabalham em qualquer área relacionada com a produção ou divulgação do conhecimento são intelectuais no sentido gramsciano. (SAID, 2005, p. 24).

Não necessariamente, intelectuais exercem um papel público e de destaque na sociedade. Um exemplo banal, mas recorrente: aquele senhor, de uma cidadezinha do interior que escreveu um livro sobre sua história com relação ao seu local de origem, muitas vezes passa despercebido pela maioria da população. Este não deixa de ser intelectual por não ter tido sua obra reconhecida, ou por não ter atuado de forma pragmática na sociedade em que vive. Pode ser considerado um historiador amador, um intelectual, mesmo escrevendo uma autobiografia. Pois bem, aqui trataremos do papel intelectual enquanto indivíduo que possui alguma representatividade social, mas que não a usa em prol de uma classe, de uma representatividade orgânica.

Samuel Guimarães da Costa tinha reconhecimento social, mas principalmente político, como já visto em sua biografia; além de escritor, publicou e

5 Renomado escritor francês nascido em 2 de abril de 1840, faleceu em 29 de setembro de 1902. Em 1898 denunciou erros jurídicos e comulgou com o exército francês no caso Dreyfus, o que pode ter levado a sua morte.

6 Alfred Dreyfus acusado injustamente em 1894 por trair o exército francês entregando ao exército alemão documentos secretos. Um dos casos de erro jurídico mais famoso da história.

7 Filósofo, cientista político, comunista e político italiano, 1891-1937.

8 Importante lembrar que a visão de Gramsci é traçada pelo marxismo, por isso, o intelectual orgânico deve defender os interesses das classes subalternas.

escreveu trabalhos durante toda a sua vida, possui textos de diferentes naturezas, tais como discursos políticos, ensaios, editoriais, narrativas e reportagens. Esse discurso encontra ressonância e reconhecimento público na medida em que ele era editor de jornais e revistas, recebeu encomendas de instituições políticas, participou de instituições como academia de letras e instituto histórico, tendo prestígio, capital, simbólico e cultural e obteve reconhecimento de seus pares, outros intelectuais paranaenses.

Reconhecimento esse que de maneira clara o torna uma figura representativa, que segundo Said:

[...] quero também insistir no fato de o intelectual ser um indivíduo com um papel público na sociedade, que não pode ser reduzido simplesmente a um profissional sem rosto, um membro competente de uma classe, que só quer cuidar de suas coisas de seus interesses. A questão central para mim, penso, é o fato de o intelectual ser um indivíduo dotado de uma vocação para representar, dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia ou opinião para (e também por) um público. (SAID, 2005, p. 25).

Said entende o intelectual como alguém que deve representar uma classe. A partir reportagens analisadas e algumas obras sintetizadas, não se percebe uma representatividade de classes por Samuel Guimarães da Costa. Apesar de ser um intelectual, o jornalista em alguns momentos de determinados artigos publicados e que não foram analisados por não abrangearem o tema deste trabalho, possui um discurso tradicional, por vezes defendendo quem está no poder.

Intelectual se informa, busca se atualizar, critica ou ajuda a manter o poder vigente, pode representar ou não uma classe. Além, nesse caso, de fazer um estudo prévio sobre o que será escrito.

A maior parte dessas reportagens foi publicada na Revista Panorama.

História da revista

A Revista *Panorama* teve sua origem em Londrina em 1951, como já dito antes. Foi fundada pelo professor e jornalista Adolfo Soethe, que tinha um reconhecimento no meio intelectual londrinense da época. A revista começou com a intenção de ser mensal e falar sobre cultura geral, mas logo em seguida publicou também assuntos políticos e temas da sociedade brasileira.

Nos primeiros anos de revista, o seu alcance se restringiu a Londrina e região, com poucos exem-

plares mandados para as principais bancas da capital, com a intenção de despertar um interesse do público local. As edições tinham uma distribuição irregular, já que o que custava a produção da revista era a venda de exemplares e de espaços publicitários, que não representava muito para o financeiro do periódico. Aos poucos a revista foi ganhando prestígio, mas com as dificuldades financeiras e a vontade de expansão de público e periódicos, Soethe a vendeu para o empresário curitibano Oscar Schrappe Sobrino, que possuía uma gráfica de propriedade da família, a gráfica Impressora Paranaense. O editor continuou sendo Adolfo Soethe e com a ida da revista para a capital paranaense, a qualidade editorial e material melhorou, assim como o número de tiragem que de dois mil exemplares em 1951, nove anos mais tarde, em 1960, chegou a 40 mil exemplares. (ALVEZ, 2009, monografia).

Em 1966 o principal fundador da *Panorama*, responsável pelas principais matéria e editoração, Adolfo Soethe, falece; Schrappe transfere a edição da revista, pois possuía compromissos empresariais. Quem assume a editoração é José Cury, que atuava no meio publicitário e trabalhou na revista até sua morte em 1986.

A revista era lida e prestigiada pela burguesia e estudantes universitários, segundo conta Luiz Felipe Nunes de Alvez, além de contar com um time de jornalistas ganhadores do Prêmio Esso de Reportagem, “assim como Luiz Geraldo Mazza, Samuel Guimarães da Costa, com seus apurados faros para o histórico e o econômico do Estado, estavam entre os colaboradores” (HAYGERT, op cit.).

Síntese de algumas obras

Em 1988, com o apoio da prefeitura de Paranaguá, publicou pela editora da UFPR, Scientia et Labor, o livro *O Último Capitão Mor: 1782-1857*, uma genealogia da família Pereira, que como já dito no começo desse trabalho, era uma típica família tradicional que migrou de Portugal para o Brasil, mais precisamente, para a Vila de Paranaguá, onde fora o primeiro prefeito do local.

Samuel conta a história biográfica e política-administrativa da Vila, auxiliado por relatos de viagem, como os de Saint-Hilaire, por exemplo, que em sua narrativa de viagem, ao passar por Paranaguá conheceu o Capitão-Mor, e que este o tinha recebido

com frieza; e por documentos e livros como: *Memoria Histórica de Paranaguá e seu Município* (1952), de Vieira dos Santos, *Genealogia paranaense* (1929-1950), de Francisco Negrão, *Contribuições Históricas e Geográficas para o Dicionário do Paraná* (1929), de Ermelino Agostinho de Leão e *Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá* (1975), de Júlio Moreira. Além, é claro, de uma bibliografia com outras obras de autores conhecidos como José Honório Rodrigues, Joaquim Nabuco, Gilberto Freyre, David Carneiro, Caio Prado Junior, que permearam a pesquisa e escrita da narrativa sobre Paranaguá e seu primeiro prefeito.

Samuel Guimarães da Costa ganhou um concurso de monografias sobre a erva mate promovido pela Secretaria de Planejamento através da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba em 1980. Mais tarde, em 1995, a monografia é publicada pela prefeitura municipal de Curitiba na Coleção Farol do Saber, intitulado *A Erva-Mate*. O jornalista aborda principalmente os aspectos econômicos e políticos da indústria ervateira.

Ele resgata as origens históricas do processo de produção, como se deu o crescimento da economia através de gráficos sobre a produção de mate nos países como argentina e Uruguai, produção paranaense e brasileira, exportação, entre outros. Também escreve uma breve biografia de Visconde de Nacar, fundador da Guimarães & Cia e Barão do Cerro Azul, maior exportador da erva no Paraná. Nas referências bibliográficas, encontramos nomes como David Carneiro e Romário Martins, além de relatórios do Instituto Nacional do Mate, utilizados na pesquisa.

No ano de 1958, a Associação de Estudos Pedagógicos reúne em um livro duas conferências em que Samuca abriu o “Seminário sobre fundamentos da Educação Paranaense” realizado no ano anterior com a coordenação da Professora Olga Kolody. O autor escreve sobre as áreas culturais, usando o sentido antropológico de cultura, ou seja, hábitos de um grupo, características de uma determinada sociedade. Ele divide o Paraná em cinco áreas culturais:

- A área do caboclo
- A área pastoril
- A área colonial
- A área do setentrional
- A área fronteiriça

Explica em cada uma delas as suas características, desde o período do império e como elas vieram se transformando ao longo do tempo, em uma tentativa de conscientizar mais objetivamente uma fundamentação do processo educacional do estado do Paraná.

Pela editora Pan, em 1983, foi lançado um livro com compilação de artigos publicados em jornais e revistas chamado *Samuel Guimarães da Costa: 40 anos de jornalismo*. São doze artigos dos mais variados temas e datas, contendo publicações da década de 1945 até 1980, e temas como a história do barreado, as crises dentro e fora do país, a informática, entre outros. A segunda parte do livro é composta por entrevistas cedidas a Milton Cavalcanti, Wacimir José de Souza e Aramis Millarch, sendo duas do final da década de 1960 e a terceira de 1981.

Em 1994 é publicada pela Assembleia Legislativa do Paraná uma encomenda feita por Aníbal Khury a Samuel Guimarães da Costa. Escrito em dois volumes, a *História Política da Assembleia Legislativa do Paraná* conta de 1853 até 1994 a história política-administrativa do estado de forma factual e quantitativa em alguns momentos. O jornalista usou artigos de jornais, documentos oficiais da assembleia, além de uma já conhecida bibliografia, Cecília Westphalen, Brasil Pinheiro Machado, Ruy Christovam Wachowicz, são incorporados nas notas de referências nesse livro; ou seja, o jornalista não descarta o saber acadêmico proveniente da Universidade Federal do Paraná, da década de 1970.

Samuel Guimarães da Costa ainda possui, como já dito, outras obras publicadas, mas o difícil acesso impediu que se fizesse o mesmo com as aqui sintetizadas. Percebe-se nessas aqui expostas, uma bibliografia tradicional sobre o Paraná, mesclando os clássicos com os mais modernos da instituição acadêmica. Percebe-se também a influência de grandes nomes não apenas da história paranaense, mas brasileira; tais como José Honório Rodrigues, historiador brasileiro, conhecido por ter escrito a história da historiografia brasileira. Francisco Negrão, em quem Samuel se inspira e escreve a genealogia do Último Capitão-Mor, notabilizando a importância da genealogia, segundo o paranaense Negrão. Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda, que na década de 30 escrevem sobre o processo de “democratização” brasileiro a partir de novas perspectivas. Raimundo Faoro, historiador que escreveu em dois volumes como a estrutura patriarcal trazida de Portugal para o Brasil durante o período da colonização influenciou as estruturas políticas e econômicas do Brasil.

O jornalista tinha conhecimento não apenas dos textos e autores, mas das práticas historiográficas que estes realizavam para escrever suas obras. As reportagens historiográficas de Samuel Guimarães da Costa publicadas na década de 1980 são um trabalho intelectual, em que se percebe os estudos que antecedem o trabalho escrito e publicado. A reportagem em si, exige um estudo prévio do assunto, nesse caso, se trata de reportagens historiográficas, ou seja, a escrita da historia, havendo um dialogo do jornalista com o conhecimento histórico.

Suas demais obras publicadas são:

- **Formação Democrática do Exercito Brasileiro.** Rio de Janeiro, Biblioteca do Exercito Editora, 1957. Menção Honrosa. **Economia Ervateira.** Rio de Janeiro, Centro Nacional de Estudos Cooperativos, 1958. **Paraná Colorido.** São Paulo, Gráficos Brunner, 1975. (Coleção Mercator, 6). **As Quatro Faces da Geração de 22.** Curitiba, Editora Pan, 1992. **A Erva Mate.** Curitiba, Coleção Farol do Saber, 1995.

Participou na colaboração de diversas obras, como:

Um Episódio Maragato, de Octávio Secundino Junior. Curitiba, 1983. (Prefácio). **Assim é o Paraná**, de Manoel Luiz do Amaral. Curitiba, Scientia et Labor, 1989. (Texto Final). **História Biográfica da República do Paraná**, de David Carneiro e Túlio Vargas. Curitiba, Banestado, 1994. (Introdução). **Cave do Amor**, de Zorah M. A. Dalcanale. Curitiba, Serena, 1994. (Palavras de abertura). **Os Rocha Loures**, de Maria Cristina Pieruccini. Curitiba, Editora Posigraf, 1995. (Prefácio)

Além da *Gazeta do Povo*, onde trabalhou entre 1943 e 1945 e em diversas épocas de 1996, escreveu para os seguintes jornais:

O Dia (entre 1944-1945). **Diário do Paraná** (entre 1953 – 1957). **Diário Carioca** (como primeiro secretário de redação em 1951 e mais tarde em 1990). **O Estado do Paraná** (idem). **A Imprensa** (1953). **Diário Popular** (1960). **Última Hora** (entre 1977 e 1979). **Correio de Notícias** (entre 1977 e 1979). **Jornal do Estado** (entre 1984 e 1985).

Trabalhou e colaborou em revistas também, como:

A Idéia (1943). **A Ilustração** (colaborador e editor em 1945). **O Livro** (entre 1945-1948). **Gua-**

ira (colaborador e assistente de direção de 1949 a 1952). **Expansão** (1950). **NP- Novo Paraná** (entre 1966 e 1971). **Panorama** (entre 1958 e 1988). **Manchete** (1968)

O lugar social

Os artigos analisados, como dito anteriormente, são da década de 1980. Foi possível perceber através dos índices da revista, ao longo da respectiva década, que Samuel Guimarães da Costa passou de diretor a colaborador, ou seja, continuou a escrever reportagens, mas com menos frequência. Entretanto passara a entrevistar grandes personalidades políticas do estado do Paraná, com maior assiduidade que antes.

As reportagens possuem temas variados, que vão desde a conjuntura política até a semana de arte moderna; passando por diversos temas, não necessariamente relacionados ao estado do Paraná, já que a revista abordava assuntos diversos não apenas sobre o estado, mas também sobre o país.

Parte-se da proposição de Jacques Le Goff, de que

A história da história não se deve preocupar apenas com a produção histórica profissional, mas com todo um conjunto de fenômenos que constituem a cultura histórica ou, melhor, a mentalidade histórica de uma época. (LE GOFF, 1997, p. 48)

Ou seja, o lugar social no qual Samuel estava inserido, as instituições da qual fazia parte e o grupo social ao qual pertencia, não podem ser descartados, já que influenciam a escrita e forma de pensar do jornalista.

A produção literária na cidade de Curitiba se deu desde o século XIX, com influências da Europa e da *Belle Époque*, tudo isso ligado ao ideal de modernidade, que estava se formando nas grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo por volta da segunda metade do século XIX. Esse processo era tido como necessário para o bem da população e nação, já que era considerado o progresso.

Com a capital paranaense não foi diferente. As fábricas, imigrantes, comportamentos sociais, tudo sofre uma transformação influenciada pela Europa, cumprindo a imprensa papel fundamental para esse processo de divulgação. A partir de literatos, intelectuais, jornalistas e romancistas, o cotidiano era retratado sob essas diversas perspectivas. (VAZ,

2004, 144p. Monografia)

Dentro desse processo o Instituto Histórico e Geográfico Paranaense (IHGP) foi fundado.

O Instituto Paranaense foi fundado no dia 24 de maio de 1900, em meio às comemorações do quarto centenário do “descobrimento do Brasil” promovidas pelo Estado do Paraná. Tinha como principal finalidade, de acordo com seu estatuto de fundação, “Coligir, estudar, publicar e arquivar os documentos que sirvam à historiografia do Paraná, promovendo a difusão de seu conhecimento pela imprensa e pela tribuna. (GONÇALVES JUNIOR, 2011, p. 80).

Fundado por intelectuais já conhecidos da sociedade curitibana como Alfredo Romário Martins, Nestor Pereira de Castro, Ermelino Agostinho de Leão, Cândido Ferreira de Abreu, José Cândido da Silva Muricy e Lúcio Leocádio Pereira, entre outros. Vinte e dois anos depois se deu a criação da Academia de letras do Paraná, que em 26 de setembro de 1936 se transformou na Academia Paranaense de Letras.

Em geral, esses institutos são criados por uma elite intelectual já consagrada. No caso do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, passa a ter mais expressão a partir de 1920 com a divulgação dos ideais do movimento Paranista⁹, principalmente por Romário Martins. As intenções, segundo GONÇALVES JUNIOR (2011), desses institutos eram de promover palestras, divulgação de conteúdo histórico e geográfico paranaense, discussões, além de possuírem bibliotecas com diversos temas e períodos da história do estado.

O lugar social onde Samuel atuou foram esses institutos; instituições com reconhecimento social da qual faziam parte esses intelectuais. Segundo Certeau, *instituição do saber* é onde se opera a historiografia, os intelectuais estão em função de uma instituição, de um espaço socioeconômico, político e cultural, no qual é modificado através da sociedade, levando em conta as regras de seu meio, as práticas de exequibilidade de sua ciência, o conjunto de regras práticas a se seguir, pois o *saber* está relacionado a um *lugar*.

A articulação da história com um lugar é a condição de uma análise da sociedade. Sabe-se, aliás, que tanto no marxismo quanto no freudianismo não existe análise que não seja integralmente dependente da situação criada por uma relação, social ou analítica. (CERTEAU, 1982, p.69)

Portanto, Certeau argumenta que a pesquisa e a análise e escrita se dá a partir de um local que não pode deixar de ser considerado, já que influencia em toda a prática até chegar na escrita. O autor francês, em seu texto, não dá margem para que possa haver a “operação historiográfica” fora de uma instituição, ou seja, o indivíduo sozinho, fora da academia não produz conhecimento científico.

O pesquisador, precisa estar vinculado e de acordo com as teorias, técnicas e métodos de seus pares, ou seja, “as leis do meio”, instituídas no meio acadêmico definem o que é proibido ou não na produção historiográfica.

É perceptível que mesmo fora das academias essas operações ocorram, como no caso de Samuca e suas reportagens que tratam em específico do estado do Paraná. A ocorrência de fatos documentados utilizados na escrita e em alguns casos documentos oficiais é perceptível.

A partir disso pode-se pensar em um conceito de reportagem historiográfica, uma reportagem que foi produzida a partir das operações de escrita da história.

Conceitualmente, reportagem segundo João de Deus Corrêa:

[...] é um relato jornalístico temático, focal, envolvente e de interesse atual, que aprofunda a investigação sobre fatos e seus agentes.” Já para o professor Nilson Lage, “é a exposição que combina interesse de assunto com o maior número possível de dados, formando um todo compreensível e abrangente. (PENA, 2005 p. 75)

Os temas das reportagens, em geral são mais densos, trabalhados e desenvolvidos através de uma pesquisa sobre os fatos abordados, pois possui causas, contexto, consequências, o olhar interpretativo do jornalista e uma narrativa que tenha como objetivo seduzir o leitor. Diferentemente da notícia, por exemplo, que se atem aos dados essenciais de um acontecimento, é uma narrativa construída para informar de forma imparcial apenas o essencial ao leitor, sem problematizar ou refletir sobre o ocorrido.

A reportagem segundo Lage procura preencher lacunas deixadas pelas notícias a partir de uma narrativa composta por contexto, antecedente dos fatos e os próprios fatos relacionados ao acontecimento. Com isso a reportagem sendo mais extensa que a notícia, ou seja, de maior dimensão contextual, am-

9 O movimento Paranista foi um movimento artístico, cultural e social a favor do desenvolvimento e busca de identidade do Estado. Buscava-se signos que representassem o estado e sua intelectualidade, relacionados ao contexto político e econômico do inicio do século XX.

plia a compreensão do leitor, já que além de tratar dos temas de forma ampla e mais densa, possibilita a liberdade de interpretação de quem a escreve

Há reportagens que predominam a investigação e o levantamento de dados (como a do caso Watergate); em outras, a interpretação. [...] a interpretação será feita de uma perspectiva (econômica, jurídica, etc.), o que torna uma espécie de aplicação de um conhecimento ao caso prático. (LAGE, 2001, p. 48.)

A partir disso, pode se pensar a história nessas reportagens, sendo os fatos ocorridos pensados pelo jornalista. Segundo Lage, reportagem pressupõe investigação e interpretação, ou seja, a escrita de uma reportagem-históriográfica pressupõe um inquérito das fontes e documentos que fazem parte do contexto do fato ocorrido. Sendo assim, a operação historiográfica serve como análise de reportagens com conteúdo histórico.

De maneira simples, *históriografia* significa a escrita da história. Segundo Rogério Forastieri, 2001, é possível se considerar historiografia como “sendo um estudo da história dos escritos históricos, métodos, interpretações e respectivas controvérsias”; já que a escrita da história sofreu diversas transformações ao longo do tempo, mas principalmente a partir do século XIX, quando passou a constituir uma disciplina, ou a constituir um aparato institucional concretizando uma série de mecanismos para o seu funcionamento (metodologia, organização do arquivo, epistemologia e etc.).

Pode-se conceber em uma ideia geral a historiografia como esta prática da escrita do passado, da historia. Segundo Certeau, ela é uma operação; uma produção de conhecimento histórico:

[...] obriga a explicar a relação da razão reinante com um lugar próprio que, por oposição a um “passado” se torna presente. Uma relação de reciprocidade entre a lei e seu limite engendra, simultaneamente, a diferenciação de um presente e de seu passado. (CERTEAU, 1982, p.93)

Para o filósofo Paul Ricoeur, o historiador possui o papel de mediador entre as gerações, ou seja, a partir de métodos e do presente ele irá trabalhar e analisar as fontes para que as questões do passado sejam compreensíveis no tempo em que nos encontramos. Mas não só isso:

[...] a história não poderia romper todo laço com a narrativa sem perder seu caráter histórico. Inversamente, esse laço não poderia ser direto, a ponto de que a história possa ser considerada como uma espécie do gênero “story”. (RICOEUR, 1994, p.255)

O historiador precisa trabalhar no enredo dessas narrativas, nas ordenações e arranjos desses fatos históricos, para que assim haja uma narrativa histórica como produção de sentido.

Hayden White em seu ensaio intitulado “O texto histórico como artefato literário”, de 2001, trabalha uma proposta de narrativa historiográfica e discurso literário. Segundo o autor,

[...] de modo geral houve uma relutância em considerar as narrativas históricas como aquilo que elas manifestamente são: ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências. (WHITE, 2001, p. 98)

Sendo assim, as narrativas históricas, ou seja, os discursos, não se opõem totalmente a história ficcional ou mítica, já que existem, segundo Northrop Frye, citado por White, diferentes tipos de mitos históricos: tragédia, comédia, romance entre outros. O historiador seria um detetive, a partir das fontes em mãos analisadas e estudadas, o historiador é capaz de montar estórias, construí-las a partir de sua imaginação, não fugindo dos fatos e evidências que vão levá-lo a definir o enredo como trágico, cômico, entre outros; já que os fatos isolados, não compõe uma estrutura narrativa.

Logo, o historiador cria a estrutura de enredo que definirá a narrativa como trágica, romântica, a partir de fatos “reais” e a configuração da ordem desses acontecimentos.

As reportagens são narrativas que vão de tragédias a romances ou até mesmo suspense, para que se mantenha a atenção do leitor, se encaixam nessa ordenação de fatos ocorridos e interpretações distintas. Sendo assim, a reportagem se encaixa no conceito de narrativa de White, pois a escrita da história é por sua vez, uma narração sobre acontecimentos passados.

Essa narração de fatos e acontecimentos, não necessariamente pode ser realizado por quem é historiador por formação, a reunião de fontes e análise das mesmas pode ser feito por pessoas que possuem interesses em assuntos históricos, como é o caso.

Diferentemente de uma literatura, onde o enredo pode ser ficcional e os fatos reais, na reportagem o enredo obrigatoriamente não pode ser inventado pelo jornalista, já que este tem por obrigação profissional o dever de informar, noticiar, escrever e formar opinião o mais perto possível do que realmente

aconteceu.

A prática

A maioria das reportagens escritas por Samuel na década de 1980 envolvem não só o Estado do Paraná, mas também o Brasil. Este trabalho analisará apenas as reportagens sobre o Paraná. Além disso, a maioria das reportagens escritas por ele na respectiva década possuem conteúdo político, não apenas paranaense, mas brasileiro. Com a mesma estrutura das reportagens analisadas nesse capítulo, as demais que não cabiam ao recorte regional, também eram escritas de forma factual, e muitas vezes em séries, a cada semana ou mês saia a segunda, terceira ou até mesmo quarta parte da reportagem.

Na edição comemorativa de trinta anos da revista Panorama, do dia 26 de agosto de 1980, ano 291, Samuel escreveu uma reportagem intitulada: “As ruínas jesuíticas do Guairá.”, onde conta que em 1770 Francisco Lopes descobriu as ruínas de Vila Rica del Espírito Santo enquanto explorava os campos de Guarapuava. A partir daí, o jornalista cria uma narrativa, baseado na descrição que os irmãos Keller, engenheiros, fizeram do Paraná em 1865. Enquanto faziam um levantamento hidrográfico de alguns rios acabaram redescobrindo as ruínas e escrevendo sobre elas.

Percebe-se que a pesquisa sobre o tema antecede a criação do texto, a leitura sobre os estudos dos irmãos Keller no Paraná é perceptível, pois eles descrevem as ruínas, fazem uma planta dela, e Samuel usa do texto dos irmãos publicado em 1933 para escrever e complementar sua narrativa:

[...] os irmãos José e Francisco Keller, que realizavam explorações no rio Ivaí, voltaram a encontrar as mesmas ruínas, da qual levantaram a planta. Contam que a mata voltou a apossar-se do terreno, onde antes haviam edifícios e quintais, de tal maneira que não apresentavam então diferença das florestas virgens das circunvizinhanças. (COSTA, 1980, “As ruínas jesuíticas do Guairá”, *Panorama*, Agosto p. 35-36).

O jornalista situa o leitor, descrevendo, de forma fundamentada no texto dos Keller sobre as ruínas, uma introdução para entrar em num âmbito mais recente da questão, já que são consideradas patrimônios, mas a agricultura e o gado ganharam um espaço maior, fazendo com que as ruínas fossem deixadas de lado, assim como alguns artefatos encontrados na redenção jesuítica encontram-se preservados em museus. Samuel traz questões mais

recentes, não apenas narrando o passado, ordenando os dados, mas também questões de preservação atual da área onde as ruínas da redução se encontram e a preservação dos artefatos encontrados lá. Os dados numéricos, mais precisamente datas, estão presentes para situar o leitor, já que se trata de uma reportagem que conta uma história passada. E as explicações relacionadas a essas datas se relacionam com o que Hayden White chama de narrativa histórica – ou, mais especificamente, o que denomina como uma “operação de urdidura de enredo”.

[...] eu diria que as histórias conseguem parte do seu efeito explicativo graças ao êxito em criar estórias de simples crônicas; e as estórias, por sua vez, são criadas das crônicas graças a uma operação que chamei, em outro lugar, de “urdidura de enredo”. E por urdidura de enredo entendo simplesmente a codificação dos fatos contidos na crônica em forma de componentes de tipos específicos de estruturas de enredo, precisamente da maneira como Frye sugeriu ser o caso das “ficções” em geral. (WHITE, 2001, p.100).

É possível, portanto, entender a construção da reportagem histórica, realizada por Samuel, enquanto um texto similar ao relato histórico produzido pelo historiador. O jornalista, ao se referir à viagem dos irmãos Keller, constrói um sistema de referências e citações, tal como propõe Certeau, formando assim um saber “seguro” sobre a fonte na narrativa. Ao referenciar o relato, Samuel insere-se enquanto observador imparcial, jornalista; aí se percebe uma das principais diferenças entre um relato histórico e a reportagem histórica de Samuel Guimarães da Costa: a figura do narrador. Enquanto jornalista investigativo, o autor se faz presente na narrativa, reordena os fatos do passado inserindo-se na narrativa; a narrativa segue um percurso para além do passado e dos vestígios desse passado, o autor se faz presente, observa e narra; tarefa quase interdita aos historiadores de ontem e hoje.

O efeito de real, segundo Barthes, também é importante para a análise das narrativas, pois o autor trás elementos que não estão explícitos no texto, mas se fazem perceptíveis na narrativa, a partir do contexto e elementos inseridos de forma direta, que indiretamente indicam uma situação maior. A relação do texto, do leitor e a interação deste com o real é o que Barthes denomina “efeito de real”.

O discurso histórico aplicado nas narrativas, como explica o semiólogo, permite analisar não apenas a história e como ela está escrita, mas também o efeito do texto, a presença do considerado ‘insignificante’, mas que dá margem para se pensar

o que está para além disso.

O autor também fala do desenvolvimento de novas técnicas a partir da

[...] necessidade de se autenticar o “real”: a fotografia (testemunha bruta “do que esteve presente”), a reportagem, as exposições de objetos antigos (...), o turismo aos monumentos e lugares históricos. Tudo isso diz que ao “real” é reputado bastar-se a si mesmo, que é bastante forte para desmentir qualquer ideia de “função”, que sua enunciação não precisa ser integrada numa estrutura e que o “ter-estado-presente” das coisas é um princípio suficiente da palavra. (BARTHES, 2012, p. 188).

Sendo assim, os fatos históricos, segundo Barthes não podem ser negados, eles são o que são por eles mesmos, isso significa que o jornalista Samuel Guimarães da Costa simplesmente colocou no papel, ordenou os fatos e os narrou de forma afirmativa.

Além disso, percebe-se juízo de valor atribuído pelo autor das reportagens em alguns momentos:

Dessa época multissecular nada mais resta senão algumas ruínas, que representam cicatrizes glorio-sas na geografia paranaense da Conquista. [...] despejam suas águas nos Rio Paraná e afinal dariam nome a esse Estado, não serão mais do que a lembrança vaga de um passado abolido na memória dos paranaenses, tão vaga quanto hoje é para nós a lembrança da resistência tenaz e inquebrantável dos primitivos índios guairenhos quando diziam que “esta terra tem dono. (COSTA, 1980, “As ruínas jesuíticas do Guairá”, *Panorama*, Agosto p. 35-36).

Reportagens, como já dito anteriormente, são mais extensas e densas, podendo conter a interpretação e a opinião do autor, como é o caso da maioria das reportagens de Samuel. É explícita sua interpretação, ou em alguns casos, contrapontos entre prós e contras de alguns ocorridos. A reportagem permite que se faça isso, já que é um jornalismo de característica opinativo, aceita a interpretação e intervenção do próprio autor do texto. Em outra reportagem intitulada como: “Paraná Novo & Paraná Velho: contrastes e confrontos”, publicada na revista Panorama do mês de Julho de 1983, ano 33, nº 329. Dentre as escolhidas, essa é a maior, possuindo 11 subtítulos:

- Supremacia do Setentrião
- O norte no Governo
- O planalto desloca o Litoral
- Antropofagia política
- Londrina versus Curitiba
- A grande mudança

-A pior crise

- Intocabilidade da cafeicultura*
- Eloquent case do Paraná*
- O homem e o boi*
- A lição dos fatos*

Samuel começa a reportagem narrando quem foram os governadores paranaenses e seus feitos políticos de melhoramento do Estado do Paraná. Conta também como se deu o governo de cada região do estado, o porquê do deslocamento de poder do litoral do estado para o Primeiro planalto, o porquê de Ponta Grossa não ganhar o título de capital do estado, os impulsos da cafeicultura no norte do estado, as rivalidades entre as cidades e a preocupação do Paraná Tradicional com o crescimento e desenvolvimento político e econômico de Londrina e da região norte como um todo. Uma campanha realizada na capital, contra as candidaturas de José Richa e Álvaro Dias, com o argumento de que Londrina se tornaria a nova capital do estado, mas logo após, tenta buscar um balanço, colocando Londrina como uma cidade tão importante quanto Curitiba:

Hoje, com a população equivalente a de Curitiba há vinte anos no passado, Londrina é sob todos os títulos a mais importante cidade do Paraná depois da Capital. São Paulo é mais importante que Brasília (ou antes, mais que a Vila Madalena); a cidade do Porto rivaliza com Lisboa; Milão, com Roma; Nova Iorque, com Washington, sem que isso autorize qualquer movimento mudancista. (COSTA, 1983, “Paraná Novo e Paraná Velho”. *Panorama*, p. 26-32).

O lugar social aparece de forma clara nessa reportagem, visto que Samuel viajou, morou e trabalhou no norte do estado, e também local onde sua esposa nasceu; sendo assim, possui uma relação com o Paraná Novo. Percebe-se também uma tentativa de mostrar não apenas os confrontos entre os “dois Paranás”, mas que o desenvolvimento de outras regiões é importante para o crescimento do estado como um todo.

Mas nesse período ditatorial, os paranaenses não conseguiram impedir que o Extremo Oeste fosse amputado do patrimônio do Estado para formar o efêmero Território Federal do Iguaçu, só retomado após a democratização em 1945.

Após a II Guerra Mundial, durante o qual o ciclo de madeira chegou ao apogeu, um outro Paraná começava a tomar forma com a abertura de novas frentes pioneiras, configurando uma nova fronteira.

Nessa reportagem, Samuel expõe um suposto ‘medo’ das pessoas, no caso, os Curitibanos, de per-

derem o título de capital para Londrina. Esse medo aparente está de forma subentendida na reportagem, mas podem-se criar hipóteses a partir do contexto da época em que esta fora escrita¹⁰. Ou seja, retomando Roland Barthes:

[...] esse real passa a ser referência essencial na narrativa histórica, que se supõe que relate “aquilo que se passou realmente”: que importa então a infuncionalidade de um pormenor, desde que denote “aquilo que se deu”; o “real concreto” torna-se a justificativa suficiente do dizer. (BARTHES, 2012, p. 188).

A reportagem sobre as ruínas do Guairá é um exemplo disso. As ruínas por si só são um elemento contextualizado, e a partir dele a narrativa é escrita, a reportagem *Paraná novo* e *Paraná Velho*, também possui esse efeito de real, relacionado ao presente, o jornalista faz uma ponte entre o período colonial até a década de 1980 em alguns aspectos políticos e econômicos do estado.

Apesar de narrar a história de forma factual, ou seja, uma história que se propõe a contar acontecimentos, eventos, episódios ocorridos ao longo da história de forma cronológica, já que as reportagens são narrativas e o público da revista é, em geral, amplo, ele não aprofunda, assim como no caso da reportagem sobre as ruínas do Guairá, podendo-se perceber que apenas a primeira parte da reportagem pode ser considerada historiográfica, devido a algumas informações que o jornalista traz sobre os tempos de província.

Desde 1711, Paranaguá fora sede da Ovidoria gigante que tinha seu nome, com jurisdição sobre o vasto território que hoje forma os três estados da região sul. Em 1832, com a extinção do regime das ovidorias, Curitiba que desde 1812 tinha arrebatado de Paranaguá o antigo predicamento, se tornou sede da III Comarca de São Paulo, porém, já com menor virtude da criação anterior das capitâncias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. (COSTA, 1983, “Paraná Novo e Paraná Velho”. *Panorama*, p. 26-32).

Ou seja, até o quinto subtítulo, *Londrina Versus Curitiba* o jornalista traz poucas informações historiográficas, tratando mais da política do estado do Paraná a partir da década de 1960, trabalhando com alguns dados históricos apenas para efeito de complementação da informação apresentada. Samuca

analisa a crise e a migração que ocorre do campo para a cidade em função da agropecuária que estava em crescimento no estado durante a década de 1980, e opina sobre isso. Em alguns momentos da reportagem enaltece alguns políticos com o qual teve contato direto, e em outros mantém uma postura conservadora, mas a análise específica desses discursos não nos vem ao caso nesse trabalho.

Outra reportagem a ser analisada é a intitulada “Porto de Paranaguá: uma breve história”, publicada na revista de número 345, ano 34 em Fevereiro de 1985. Nessa reportagem, o autor descreve a história do porto, já que neste ano, comemorava-se seu cinquentenário ou dos primeiros 450 metros de cais, construídos do governo de Manoel Ribas em 1935, pois Samuel conta que:

Em 1850, portanto, antes da criação da Província do Paraná, era nesse local que o porto ainda funcionava. Sua transferência para o chamado Porto d’Água, hoje Porto D. Pedro II (antiga enseada do Gato), só se deu depois de 1872, com a primeira autorização do Governo do Império para construção de um trapiche de atracação, com 80 metros empedrado e 50 em madeira, num total de 130 metros de extensão, a primeira obra sólida surgiu no local onde hoje é o porto. (COSTA, 1985, “Porto de Paranaguá: breve história (1)”. *Panorama*, p. 10-14.)

O porto de Paranaguá, a partir do século XIX, toma um lugar fundamental na história do estado, já que a partir dele eram exportados toneladas de erva mate, que por muito tempo foi a principal fonte comercial da Província. (Sem autor. A história do Porto de Paranaguá. Acesso em: 08/10/2013).

Essa reportagem contém dados e registros pertencentes a documentação portuária desde a época do Império, podendo ser percebido no texto:

Segundo mapa das exportações relativo ao ano de 1848/1849, saíram do porto de Paranaguá 100 embarcações para os portos do Império (ou seja, para consumo interno) com um total de 2.838 toneladas de cargas, enquanto fora do império, isto é, para outros países, o numero de navios foi de 91, mas a carga transportada atingiu cerca de 22.900 toneladas das quais 3.66.713 arrobias já eram de erva mate, produto que se tornaria logo depois sustentáculo das finanças da nova Província.. (COSTA, 1985, “Porto de Paranaguá: breve história (1)”. *Panorama*, p. 10-14.)

Além disso, junto à reportagem sobre o porto

¹⁰ O medo de uma possível mudança de local da capital existe nesse período, já que o Brasil passava por um processo de redemocratização durante a década de 1980, e durante o período do Estado Novo, sob as ordens de Getúlio Vargas, foram criados novos territórios nas fronteiras, pois com a intervenção federal direta, seria mais fácil a soberania sobre essas regiões com relação aos estrangeiros. No caso do Paraná, foi criado o Território Nacional do Iguaçu, que também abrangia Santa Catarina, extinto em 1946, teve capital onde hoje é a atual Laranjeira do Sul. <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/724-4.pdf>

há uma outra na página seguinte intitulada: “Cenário da Ferrovia Curitiba-Paranaguá”, na qual Samuel conta a história da criação da ferrovia e sua fundamental importância para o escoamento da produção. Por não ter sido terminada pelos engenheiros que a começaram, o jornalista enaltece o político e engenheiro Teixeira Soares, pelo término da ferrovia. Samuel compõe a narrativa da construção da ferrovia contando como se deu seu início, os políticos envolvidos e mostra ao longo do texto alguns decretos ainda do século XIX que auxiliaram para a construção da estrada de ferro, indicando assim, o uso de documentação oficial e pesquisa desse para a construção da narrativa:

[...] foi anulada a primeira concessão, enquanto uma autorização provincial pela Lei nº 304, de 26 de março de 1872, concedida a Pedro Alloys Scherer, José Gonçalves Júnior e José Maria da Silva Lemos o privilégio para a construção de uma estrada de ferro entre Paranaguá e Curitiba. Em agosto do mesmo ano pelo Decreto Imperial nº 5053, conseguiram os mesmos concessionários a autorização para construção de melhoramentos do porto, [...]. Entrosavam-se assim os dois projetos de porto e estrada, esta última aprovada por Decreto Imperial nº 5462, de 12 de novembro de 1873. [...] O trecho Morretes – Curitiba foi autorizado pela Lei nº 19, de 11 de março de 1874. Finalmente, o Decreto Imperial nº 5605, de 25 de abril de 1874 aprovava os estatutos da Companhia de Estrada de Ferro e Melhoramentos do Porto de Paranaguá, com autorização para o seu funcionamento. . (COSTA, 1985, “Porto de Paranaguá: breve história (1)”. *Panorama*, p. 10-14.)

No mês seguinte, em março, Samuel dá continuidade a matéria sobre o porto de Paranaguá em uma segunda reportagem, com o mesmo título: “Porto de Paranaguá: breve história (2)”, onde escreve sobre o início do século XX e os melhoramentos do Porto de Paranaguá. As exportações de madeira, nesse período começaram a crescer, já que a estrada de ferro Curitiba – Paranaguá facilitara o transporte das cargas pesadas, aumentando assim as demandas de exportação da época. Com isso, foi imprescindível melhorias e maiores instalações portuárias, pois o porto ainda era pequeno. Ainda, segundo a própria reportagem o porto começou a se modernizar, com guindastes a vapor, mas ainda assim haviam dificuldades

Foi assim, por pressão dos madeireiros que o Governo do Paraná já nos fins da Província passou a gestionar (SIC) junto do Governo Central no sentido de um melhor aparelhamento do Porto de Paranaguá. Dois meses antes da proclamação da República, pelo Decreto Imperial nº 10.350, de 14 de setembro de 1889, foi declarada caduca a concessão das obras de melhoramento do Porto, desde 1872 outorgada

ao mesmo grupo de empresários parnanguaras que antes tinham autorização para construção da estrada de ferro. (COSTA, 1985, “Porto de Paranaguá: breve história (2)”. *Panorama*, p. 09-10.)

Mais uma vez o lugar social e o efeito de real aqui atuam de forma explícita. Pode-se pensar uma existência de interesse por parte do jornalista sobre determinados temas, como por exemplo, a estrada de ferro, que implica não só apenas uma reportagem e interesse sobre o tema, mas pode-se supor um interesse pessoal do jornalista, pois em sua trajetória, Samuel escreveu um livro, diversos artigos, viajou e trabalhou em cooperativas relacionados a erva-mate, relacionando o trabalho com o interesse pessoal.

Conhecido como ‘Ouro Verde do Paraná’, a erva-mate foi durante muito tempo o principal produto que gerava economia do estado, principalmente nos séculos XVIII e XIX. A erva-mate consolidou segundo Magnus (UFPR, 2005), uma elite e uma burguesia ervateira nesse período, além é claro da construção das principais estradas que ligam o planalto ao litoral, principalmente a da Graciosa, muito almejada pela cidade de Antonina, que foram necessárias nesse momento para facilitar o transporte do mate do interior para o litoral do estado, assim o porto de Paranaguá foi essencial para o escoamento da erva para o exterior, como expõe no último parágrafo da parte I

O ciclo econômico da erva-mate, que se estendeu por mais de um século a partir da autonomia política do Paraná, teria grande influência no desenvolvimento de Paranaguá e do sistema viário regional. . (COSTA, 1985, “Porto de Paranaguá: breve história (1)”. *Panorama*, p. 10-14).

Samuel expõe no começo da segunda parte da reportagem que o Porto de Paranaguá recebia sem problemas os navios de pequeno e médio porte que carregavam a erva-mate para os consumidores estrangeiros, como Argentina, Uruguai e Chile

Nos numerosos trapiches do Porto D. Pedro II, em Paranaguá, a cargo de empresas de navegação e firmas despachantes, atracavam vapores pequenos e médios para o carregamento da erva-mate paranaense, sem maiores problemas de embarque. . (COSTA, 1985, “Porto de Paranaguá: breve história (2)”. *Panorama*, p. 09-10.)

Certeau acredita que o escrito da operação historiografia perpassa o mundo real, o social que influencia de certa maneira o que se escreve. Samuel narra o que lhe interessa, o que é de seu conhecimento e em muitos casos, empírico, fazendo-se

claro o seu lugar social.

Barthes percebe a história enquanto narrativa, ou seja, o texto que possui começo, meio e fim, fato, personagens e enredo, mas no caso das narrativas históricas, essa proximidade com os fatos reais, possibilita pensar o texto e a história contida nele de outra forma, pois apesar de possuir dados históricos nas reportagens, elas não trazem um conteúdo novo, diferente ou que acrescente algo inédito na narrativa, o que legitima o efeito de real, já que na história não se pode alterar o que aconteceu, mas contextualiza, situa o leitor de como se deu o processo e mudanças dos assuntos referentes às reportagens.

Na análise dessas quatro reportagens que englobam as três regiões do estado do Paraná (litoral, norte e oeste) percebe-se uma relação próxima do jornalista com essas regiões, como já fora mostrado no primeiro capítulo desse trabalho. Por ter nascido em Paranaguá, morado, trabalhado e casado em Londrina e possuir uma relação muito próxima com as cooperativas de erva-mate, o estado se divide em três para Samuel. Fica claro nas reportagens o medo não apenas da segregação dessas regiões, visto a criação o Território Federal do Iguaçu durante o Estado Novo e na década de 1980 a redemocratização do Brasil com uma nova constituição sendo feita, o que de certa forma poderia mudar os rumos geográficos do estado assim como do Brasil.

O desenvolvimento das áreas, principalmente norte e litoral, são temas constantes apresentados pelo jornalista, deixando claro seu interesse por essas regiões. As relações estabelecidas com jornalistas e políticos locais; e por morar na capital estabeleceu relações com políticos estaduais, ervateiros, escritores, entre outras personalidades significativas. Tudo isso indica um jogo de interesses pessoais e profissionais que precisava ser mantido. O que demonstra que as escritas historiográficas que Samuel Guimarães da Costa realizou foram uma maneira de justificar-se – até mesmo defender-se – e defender o estado, numa tentativa de mostrar a seu público que uma região é dependente da outra. As quatro reportagens, três temas e regiões apontam uma justificativa do jornalista que quando analisadas historiograficamente e relacionadas à sua trajetória de vida, indica isso. As relações pessoais, familiares e

profissionais em cada uma dessas regiões e um discurso apaziguador, de que uma região não prejudica a outra, ao contrário, elas se complementam, indicam um discurso sem confronto.

No âmbito narratológico, tanto a narrativa histórica quanto a ficcional funcionam sobre as mesmas prerrogativas de uma teoria do discurso tropológico¹¹, segundo WHITE (2008), a narrativa histórica, apresenta especificidades em seu estatuto epistemológico, onde reporta a operação de conhecimento que a liga com seu lugar de produção. Deixando assim evidentes determinadas enunciações por parte de quem a constitui, ou seja, no que se refere aos fatos históricos, mantém um princípio fiel aos seus “efeitos de realidade”, pois por mais que o historiador construa os fatos, e estes sejam produto de uma interpretação, ou um trabalho sobre a linguagem, ele se permite a manter constituída sua verossimilhança com um horizonte do acontecimento, ou melhor, mantém-se presa a tentativa de buscar o que aconteceu.

A narrativa proposta por Samuel é sem conflito, pura e simples, não questiona, problematiza ou se alonga muito em determinados temas, fato perceptível nas citações apresentadas. O jornalista não analisa ou critica as fontes de maneira a colocá-las em cheque contra a própria historiografia de seu período. Ele reproduz o que dizem as fontes em um texto didático e jornalístico para seu público, faz história porque lhe interessa e também por ser uma forma de manter e justificar suas relações com as regiões paranaenses e seus políticos, levando em consideração que os dois volumes da História da Assembleia Legislativa lhe fora encomendado por políticos.

Considerações finais

O lugar social pressupõe práticas, no caso da escrita, de acordo com o meio em que se encontra. Samuel, apesar de não ter nascido na elite intelectualizada paranaense, de certa forma se “infiltrou” em institutos e instituições, revistas, jornais, contribuindo e deixando um vasto legado material sobre o Paraná e o Brasil; mas, mais especificamente sobre

11 A análise sobre a tropologia, ou pela teoria dos tropos proposta por Hayden White, em Meta-história e Trópicos do Discurso, remete-se a reflexão sobre a moderna teoria da linguagem que identifica quatro tropos básicos para a análise da linguagem poética, ou figurada: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia. Esses tropos permitem, a partir de White, a caracterização de objetos em diferentes tipos de discurso indireto, ou figurado. Tais colocações são úteis para entender as operações pelas quais os conteúdos de experiência que resistem à descrição em representações não ambíguas em prosa podem ser prefigurativamente compreendidas e preparadas para a apreensão consciente.

o Paraná, estado pelo qual passou a vida a trabalhar e viajar. Juntamente com outros jornalistas, alcançou um prestígio e reconhecimento principalmente dos políticos paranaenses, em alguns casos, defendendo os seus interesses. Relatos de viagens do próprio autor também são encontrados em suas reportagens históricas, sendo possível compreender uma relação não apenas profissional, mas também pessoal com o seu trabalho, especialmente no Paraná, mediante um enfoque político, econômico e cultural.

Samuel narra de forma simples, descreve os acontecimentos, pautado sempre em documentos oficiais, como leis e decretos e isso não o faz um historiador, já que de forma didática ele narra a história sem problematizá-la.

O interesse em escrever a história, relatar os ocorridos sempre através de fontes documentais, relatos de feitos políticos e, principalmente, a tentativa em seu discurso de equilibrar a importância das três regiões paranaenses, indica interesse pessoal; juntamente com a análise de sua trajetória de vida, tendo relações pessoais principalmente com Londrina e Curitiba.

As visões de Samuel sobre essas três regiões, distintas, mas que são interligadas e dependentes umas das outras por geograficamente se encontrarem no mesmo território deixa as opiniões do jornalista sobre um parâmetro de descrição e apontamentos dos acontecimentos dos respectivos temas tratados nas reportagens analisadas, já que o juízo de valor explícito sobre algumas regiões poderia comprometê-lo.

Mas de toda maneira, nessas reportagens, é possível perceber, além de um relato temático e investigativo sobre fatos e agentes históricos, há uma execução de pesquisas bibliográficas e documentais; ou seja, a realização da operação historiográfica como a define Michel de Certeau: a relação lugar social, somado a uma prática de pesquisa e uma escrita. Samuel se dedica a isso, a partir de um determinado espaço, lugar, a prática da pesquisa e escrita por ele é exercida. Não apenas por ele, seus colegas jornalistas também faziam o mesmo.

O meio em que se encontram e a narração da história, de certa forma exige uma pesquisa prévia. Sendo assim, a prática historiográfica pode ser exercida por aqueles que se interessam em estudar, divulgar, não apenas a história de um estado, ou local, mas também a sua própria história.

Ao elencar e sintetizar algumas obras publicadas pelo jornalista pode-se perceber uma afeição pela

história factual e muitas vezes tradicional, política, econômica, mas dialogando com o cultural e citando pesquisadores de instituições tais como a Universidade Federal do Paraná.

Também é perceptível em sua trajetória intelectual a sua relação com governadores, políticos e pessoas influentes na sociedade e na mídia jornalística paranaense. Considerado assim, um intelectual por suas práticas e por pertencer a um meio social igualmente intelectualizado e pragmático, a quantidade de produção deixada por Samuel e seus companheiros é grande e pouco explorada. A partir dessas reportagens, artigos em revistas e jornais, além, é claro, dos livros publicados, é possível uma pesquisa sobre *Historia Intelectual paranaense*, ou talvez uma *história da historiografia paranaense* através desse grupo de intelectuais a qual Samuca pertencia.

As reportagens são uma excelente fonte para se estudar o efeito de real intrínseco nelas, permitem explorar além do que está escrito no papel, pois existe todo um contexto mais amplo que as permeiam.

Através de documentos oficiais, o jornalista contou uma história, criou uma narrativa, um enredo, selecionando os fatos históricos que lhes eram cabíveis, pois como diz Pierre Vilar (1985), “A ‘história da história’ – entendida de maneira mais ampla do que algumas ‘histórias da historiografia’, interessantes, mas limitadas – seria talvez o exercício histórico mais frutífero que alguém poderia propor-se.” Isso porque, sendo assim, re-flexão ou meta-história, se desdobra em um tipo de discurso que gera resultados importantes sobre a teoria e a prática dos historiadores contemporâneos.

Fontes:

COSTA, Samuel Guimarães. As ruínas jesuíticas do Guairá. *Panorama*, Curitiba, n 291, p. 35-36, ago, 1980.

_____. Paraná Novo e Paraná Velho. *Panorama*, Curitiba, n 329, p. 26-32, jul, 1983.

_____. Porto de Paranaguá: breve história (1). *Panorama*, Curitiba, n 345, p. 10-14, fev, 1985.

_____. Porto de Paranaguá: breve história (2). *Panorama*, Curitiba, n 346, p. 9-10, mar, 1985.

Referências

ALVES, Luiz Felipe Nunes de. *Os anos 50 e 60 nas páginas de Panorama e Paraná em páginas: o conservadorismo da imprensa paranaense no contexto da guerra fria*. Dissertação de mestrado (Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes) Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009.

BARTHES, Roland. O efeito de real. In: *O rumor da língua*. Trad. Mário Laranjeira. 3^a. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012.

BENATTE, Antonio Paulo; CARVALHO, Alessandra Izabel. *História e regiões*. Ponta Grossa: Ed. UEPG/NUTEAD, 2011.

BOUDON, Raymond; et all. *Dicionário de Sociologia*. Tradução de António J. Pinto Ribeiro. Publicações Dom Quixote. Lisboa. 1990.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; Revisão técnica [de] Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COIMBRA, Oswaldo. *O texto da reportagem impressa: um curso sobre sua estrutura*. São Paulo: Ática, 1993.

COSTA, Samuel Guimarães. *40 anos de jornalismo*. Curitiba: Editora Pan, 1983.

_____. *A erva-mate*. Curitiba: Farol do Saber, 1995.

_____. *Estudo das áreas culturais do Paraná como fundamento da educação*. Curitiba, 1958.

_____. *História política da Assembléia Legislativa do Paraná*. Curitiba: Assembléia Legislativa, 1994.

_____. *História Política da Assembléia Legislativa do Paraná*. Curitiba: Assembléia Legislativa, 1994. Vol.II

_____. *O último capitão-mor: 1782-1857*. Curitiba: Prefeitura de Paranaguá: Scientia Et Labor Editora da UFPR, 1988.

_____. *Paraná Colorido*. São Paulo: Gráficos Brauner, 1978.

DUARTE, Jorge Antonio Menna. *Assessoria de imprensa: o caso brasileiro*. São Paulo: Rideel, 2001. Disponível em: <http://www.portal-rp.com.br/biblioteca-virtual/outrasareas/jornalismo/0123.htm>. Acesso em: 04/03/2013.

GLEZER, Raquel; ALBIERI, Sara. O campo da história e as “obras fronteiriças”: algumas observações sobre a produção historiográfica brasileira e uma proposta de conciliação. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo n. 48, 2009.

GONÇALVES JUNIOR, Ernando Brito. *O impresso como estratégia de intervenção social: educação e história na perspectiva de Dario Vellozo (1885 – 1937)*. Dissertação (Mestrado em educação) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

HAYGERT, Aroldo Murá G. *O Paraná em revista*. Disponível em: <http://revistaideias.com.br/ideias/content/o-parana-em-revista>. Acesso em: 20/02/2013.

_____. *Quem “fez a cabeça” dos governadores? (final)*. Disponível em: <http://www.icnews.com.br/2011.05.04/columnistas/aroldo-mura/quem-%E2%80%9Cfez-a-cabeca%E2%80%9D-dos-governadores-final/>. Acesso em: 15/10/2013.

LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Estrutura da Notícia*. São Paulo: Ática, 2002.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3^a ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1994.

MILLARCH, Aramis. *Testemunha da história, o exemplo de jornalista*. Estado do Paraná, Suplemento Almanaque, Coluna Tabloide, 07/05/1989, p. 3. Disponível em: <http://www.millarch.org/artigo/testemunha-da-historia-o-exemplo-de-jornalista>. Acessado em: 04/03/2013.

_____. *O Livro que era revista nos tempos de José Cury*. Disponível em: <http://www.millarch.org/artigo/o-livro-que-era-revista-nos-tempos-de-jose-cury>.

NOVAIS, Fernando. A universidade e a pesquisa histórica: apontamentos. *Estudos Avançados*, v. 4, n. 8,

São Paulo: USP, jan.-abr. 1990.

PENA, Felipe. *Teoria do jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2005.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa. Tomo I*. Trad. Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1994.

RUBIÃO, Murilo. 2º Congresso Brasileiro de Escritores. Disponível em: <http://www.mondoweb.com.br/murilorubiao/teste05/imprensa.aspx?id=11>.

RODRIGUES, Helenice. O intelectual no “campo” cultural francês: do “Caso Dreyfus” aos tempos atuais. *Varia historia*. 2005, vol. 21, n. 34.

SAID, Edward W. *Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993*. Tradução: Milton Ha-toum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SENADO FEDERAL. Requerimento nº 1023, de 2009. Senador Álvaro Dias. 01/09/2009. Disponível em: http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=92641. Acesso em: 15/10/2013.

SILVA, Helenice Rodrigues da. *Fragmentos da história intelectual: entre questionamentos e perspectivas*. Campinas, Papirus, 2002.

SILVA, Rogério Forastieri da. *Historiografia da história: capítulos para uma história das histórias da historiografia*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

VAZ, Simone Rosa. *Vida social paranaense no inicio do século XX*. 2004. 144 p. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.

VILAR, Pierre. *Iniciação ao vocabulário da análise histórica*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1985.

WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2001, pp. 97-116.

_____. *Meta-História: A imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: EdUSP, 2008.